

**Didou Aupetit, S. & Jaramillo de Escobar, V. (2014) (coord.).  
Internacionalización de la educación superior y la ciencia en América  
Latina: un estado del arte. UNESCO-IESALC.**

**BRUNO TELES NUNES**

Universidade Católica de Brasília  
[bruno.nunes@capes.gov.br](mailto:bruno.nunes@capes.gov.br)

América Latina, região contida entre o extremo sul patagônico e as fronteiras inferiores estadunidenses, e dividida em duas Américas, a do Sul e a Central. As nações que a compõe compartilham gêneses semelhantes. A principal similitude: compartilharam do estilo ibérico de ocupação, e desta se desvencilharam, principalmente, no século XIX. Analisando a linha histórica que baliza o surgimento das universidades na região (sob os ditames curriculares da igreja católica e de seus estados-mãe) constata-se o pioneirismo do império espanhol, que criou as primeiras, em algumas colônias, ainda nos séculos XVI e XVII. No Brasil a primeira instituição de ensino superior com *status* de universidade foi a Universidade de Manaus (1909), atual Universidade Federal do Amazonas. Mesmo com essas possibilidades de se obter educação formal, é sabido que, sobretudo, famílias abastadas das colônias ibéricas, antes (e mesmo depois) das respectivas independências enviavam seus filhos para Paris, Salamanca, Madri, Coimbra e Lisboa, para que retornassem doutos.

Da época colonial, passando pelos processos de independência e consolidação das nações (principalmente como *res publica*) correu um rio, por vezes caudaloso, de fatos sociais, econômicos e culturais, em escala global. A partir dos meados dos anos 80 do

século passado, a discussão sobre um desses fatos e seus efeitos tomou corpo, “uma tal de globalização”. Trouxe consigo uma estranha necessidade, cuja plena compreensão ainda buscamos, de interação entre as nações do planeta, em todos os aspectos sociais, inclusive o educacional. Precisávamos nos tornar internacionais!

Será que a educação superior na América Latina na época colonial já não era internacional? Como estamos hoje? Nossa educação é internacional ou “internacionalizada”? Preocupamo-nos com esses *status*? Como os estados e as organizações educacionais latino-americanas lidam com esses processos? Há semelhanças nesses tratos? Quem – pessoas, grupos ou organizações – produz conhecimento acerca do tema? Quais os focos dos estudos?

O objetivo do livro em tela é promover uma discussão embrionária acerca do tema - Internacionalização da Educação Superior e da Ciência. É fruto de uma parceria entre o Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC) e a Universidade do Panamá, com financiamento da Fundação Ford.

Por serem especialistas no tema, pesquisadores situados na Argentina, Brasil, Chile, México e Panamá receberam a incumbência de realizar estudos exploratórios,

com o intuito de gerar um “estado da arte”, focando os contextos de seus respectivos países. Estes, segundo os organizadores da obra, já possuem, em níveis diferentes, certa maturidade acadêmica acerca do assunto.

Conforme reza a cartilha das boas práticas de pesquisa, todos realizaram levantamentos bibliográficos. Trabalhos fortemente descritivos, onde o rigor acadêmico foi devidamente respeitado, com pequenas diferenças metodológicas, porém, sem deméritos. Foram identificadas as características gerais dos trabalhos: a) a autoria com o respectivos perfis acadêmicos/profissionais; b) onde foram gerados, em universidades, centros de pesquisa, órgãos governamentais ou consultorias; c) quais os perfis metodológicos utilizados; d) a origem dos dados utilizados; e) quais as temáticas abordadas; e, f) os dados acerca das citações inseridas nos estudos. Os textos encontrados foram listados, classificados, e a exposição dos dados realizada.

No geral, os levantamentos bibliográficos revelaram que os perfis dos autores são diversos, preponderam, primeiro, trabalhos produzidos por acadêmicos, e em seguida textos confeccionados por técnicos dos órgãos estatais ligados ao contexto da educação superior e da ciência. E destas instituições se originaram a maioria dos dados trabalhados, contidos em normativos, relatórios e compêndios acerca do assunto.

As temáticas mais abordadas foram: a) a atuação dos países, sobretudo, na normatização/instituição de políticas públicas para viabilizar a internacionalização da educação superior e da pesquisa científica; e, b) as iniciativas do setor privado da educação superior em internacionalizar sua atuação, visando atender às demandas dos mercados de trabalho, tanto nos respectivos países quando no exterior. Os temas mais abordados nos estudos foram: a) a mobilidade acadêmica

interna e externa; b) acordos de cooperação internacional, estabelecidos entre nações ou entre grupos privados; c) a atuação de instituições de ensino estrangeiras nos países analisados.

O escrutínio dos estudos revelou que, na América Latina como um todo, a mobilidade acadêmica é o principal instrumento de internacionalização do ensino superior e das atividades de pesquisa. A movimentação de estudantes, mestrandos e doutorandos, e pesquisadores é fruto, sobretudo, de acordos de cooperação internacional. Os destinos preferidos são os países Europeus, sobretudo a Espanha (por questões linguísticas) e os Estados Unidos. Existe mobilidade dentro do eixo latino-americano, porém em menor número.

É interessante destacar algumas preocupações expostas pelos trabalhos acerca do tema abordado no parágrafo anterior. O primeiro é a chamada “fuga de cérebros”, estudantes e pesquisadores que não retornam do exterior, principalmente por encontrarem melhores condições de estudo e trabalho nos países visitados. O não retorno acaba por se constituir em um prejuízo para o país de origem, principalmente, se estes indivíduos foram financiados pelos respectivos estados. O segundo problema, reside em certa desarticulação entre as áreas de estudo escolhidas e os planos estratégicos das nações financiadoras.

Outros pontos de preocupação constatados dizem respeito aos reflexos do processo de globalização. Tanto os currículos do ensino superior quanto as prioridades nacionais de pesquisa sofreriam pressão das forças hegemônicas externas. Estas forçariam a adoção de um perfil “internacionalizado”, que atenderia aos mercados e a manutenção dos *status quo* hegemônicos. E, para tanto, as peculiaridades socioculturais e econômicas de cada nação seriam alijadas do processo. É ponto pacífico entre os trabalhos que

abordaram o tema em discussão: os currículos e a pesquisa devem se internacionalizar e não serem “internacionalizados”, em outras palavras, o processo deve ser iniciado internamente, levando em conta as idiossincrasias sociais e as demandas internas dos países. Adicionalmente, defende-se a educação superior e a produção científica como bem público.

A leitura do livro revela duas realidades, bem particulares, que despontam no contexto latino-americano. A primeira; o Chile se tornou um exportador, sobretudo para a América Latina, de serviços e bens educacionais, inclusive, atraindo estudantes de nível superior oriundos de outros países, mediante ostensiva propaganda. Algumas questões provocativas acerca deste fato: Será que as empresas que vendem esses produtos são chilenas? Ou por trás dessas estão companhias estrangeiras, indiretamente, imponto conteúdos? Ou seja, o país está travestido de exportador? Que fatos da história chilena desencadearam tal *status*? Há reflexos no contexto em discussão da conhecida influência da Escolha de Chicago na economia chilena?

A segunda particularidade diz respeito ao Panamá, especificamente, a forte presença de renomadas universidades estrangeiras no país, atração motivada pela rede de negócios viabilizada pelo Canal do Panamá e devido à existência de bases militares norte-americanas no país.

Sobre a análise bibliográfica acerca do contexto brasileiro causa estranheza a ausência de referências a duas instituições, já consagradas, criadas ainda na década de 50 do século passado, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a primeira ligada ao Ministério da Educação e a segunda ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Historicamente, ambas tem promovido a mobilidade acadêmica internacional, financiando o envio de estudantes de mestrado, doutorado e pesquisadores ao exterior, bem como, viabilizando a visita de acadêmicos estrangeiros a universidades nacionais, sobretudo, mediante acordos de cooperação internacional. Adicionalmente, as duas agências compartilham a gestão do maior programa brasileiro de mobilidade estudantil de graduandos, o Programa Ciências Sem Fronteiras, criado em 2011, que também não foi citado. Será que as ações das duas agências não são entendidas como processos de internacionalização? Por consequência, a metodologia adotada não permitiu o encontro de trabalhos que abordassem os programas executados pelos citados órgãos?

A respeito do texto em si um fato chama a atenção, nos causando triste surpresa. O *locus* geográfico sob análise é a América Latina, colonizada por nações ibéricas, sobretudo Espanha e Portugal. *So, Why the Brazilian analysis was written in English? Por supuesto, debemos usar el idioma español, ¿no es?* Não sabemos a exata resposta para a primeira pergunta. Porém, a resposta para a segunda é: Não! A língua portuguesa é de origem ibérica, e faz parte da essência, da gênese do Brasil. Podemos então construir algumas conjecturas provocativas: a) A hegemonia da língua inglesa na academia é mais forte no Brasil?; b) Existem forças hegemônicas no contexto latino-americano que rejeitam o Português?; c) Será que a fraca mobilidade acadêmica dentro do bloco potencializa o fato exposto? Apenas pesquisas mais profundas podem alcançar um resposta para essas perguntas.

Recomendamos a leitura da obra sob análise, por acreditarmos que esta cumpre com seu objetivo em apresentar um “estado da arte” acerca do tema - Internacionalização da Educação Superior e da Ciência na América Latina. Para uma compreensão mais ampla do

tema, pesquisas similares poderiam ser desenvolvidas em outros países do bloco. Adicionalmente, o livro deixa como legado não literal uma série de questionamentos, cujas futuras respostas amadurecerão a discussão.